



PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

Av. Elmar Ricardo Wagner, 854, Centro, Xangri-Lá. CEP 95588-000 - <https://xangrila.rs.gov.br>

AVISO DE DISPENSA

Processo nº **133177/2024**

03318/24 COMPRA DIRETA

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O **MUNICÍPIO DE XANGRI-LÁ**, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará o procedimento de contratação, por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma eletrônica, visando a **aquisição a seguir especificada**, em conformidade com o disposto no art. 75, § 3º, da Federal nº 14.133, Decreto Municipal nº 164/2023, demais disposições legais pertinentes, e mediante o estabelecido neste aviso e seus anexos.

2. DO LOCAL

- 2.1 Endereço eletrônico para envio: compras@xangrila.rs.gov.br
- 2.2 Limite para recebimento das propostas: até o terceiro dia útil da publicação.
- 2.3 Abertura e encerramento do recebimento: **18/09/2024 à 23/09/2024**.

3. DO OBJETO, DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS ESTIMADOS

3.1. AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E JOGOS PARA A EMEI RAINHA DO MAR,

cod item	descrição	unidade	\$unit
001.015.488	COLEÇÃO EMPILHAR	UN 2	187,00
001.015.489	JOGO DE CUBINHOS COLORIDO	UN 10	124,00
001.015.526	JOGO DO REMO	UN 1	32,00
001.015.527	TOQUINHOS RISCANTES	UN 12	109,00
001.015.528	JOGO DE ENCAIXE DE BOLINHAS	UN 1	204,00
001.015.529	PRANCHA DE EQUILÍBRIO	UN 1	87,00
001.015.530	PISTA DE BOLINHAS	UN 1	70,00
001.015.531	ALFABETO LETRAS MÓVEIS	UN 2	201,00
001.015.532	KIT NÚMEROS E OPERAÇÕES	UN 2	120,00
001.015.533	ESCADA DE JACÓ	UN 1	27,00
001.015.534	BARRAS VERMELHAS MONTESSORIANAS	UN 1	250,00
001.015.535	GABINETE DE FORMAS GEOMÉTRICAS	UN 1	330,00
001.015.536	ESTANTE CASINHA	UN 2	370,00
001.015.537	BIBLIOTECA MÓVEL	UN 6	295,00
001.015.538	ESTANTE ESCADA	UN 7	400,00
001.015.539	CAVALETE DE PINTURA	UN 10	202,00

001.015.540 BALANÇA	UN 1	152,00	
001.015.541 MESA DE EXPLORAÇÃO	UN 7	450,00	
001.015.542 MESA DE ESPELHO	UN 1	675,00	
001.015.543 CAMARIM	UN 11	240,00	
001.015.544 BARRA COM ESPELHO	UN 4	935,00	
001.015.545 TRIÂNGULO PIKLER COM RAMPA	UN 2	445,00	
001.015.546 TRIÂNGULO PIKLER COM RAMPA 6009	UN 1	535,00	
001.015.547 CIRCUITO DE RAMPAS	UN 1	505,00	
001.015.548 RAMPA DE ESCALADA	UN 1	1.065,00	
001.015.490 KIT PEDRAS DE EQUILÍBRIO	UN 2	90,00	
001.015.491 BLOCOS SENSORIAIS VAZADOS	UN 6	200,00	
001.015.492 ARCO-ÍRIS WALDORF	UN 2	112,00	
001.015.493 ELEMENTO ÁGUA	UN 1	97,00	
001.015.494 ELEMENTO TERRA	UN 1	97,00	
001.015.495 ELEMENTO FOGO	UN 1	97,00	
001.015.496 CESTO DE INVENÇÕES	UN 4	205,00	
001.015.497 DEGRAUS DE MADEIRA ARCO-ÍRIS	UN 2	113,00	
001.015.498 CARRETINHA DE MINI TIJOLOS	UN 8	165,00	
001.015.499 BLOCOS CONSTRUTORES	UN 2	205,00	
001.015.500 BLOCOS SENSORIAIS TRANSLÚCIDOS	UN 6	440,00	
001.015.501 TORRE ROSA MONTESSORI	UN 2	116,00	
001.015.502 TELEFONE	UN 2	64,00	
001.015.503 CÂMERA FOTOGRÁFICA	UN 2	54,00	
001.015.504 CAIXA DE FERRAMENTAS	UN 1	165,00	
001.015.505 KIT CARRINHOS	UN 2	79,00	
001.015.506 CARRINHOS POPULARES	UN 2	104,00	
001.015.507 AVIÃO BIPLANO	UN 2	89,00	
001.015.508 PIA COM FOGÃO	UN 5	555,00	
001.015.509 GELADEIRA	UN 10	498,00	
001.015.510 QUITANDA / FRUTEIRA / BANCADA PARA TEATRO EM MADEIRA DE PINUS	UN 1	535,00	
001.015.511 CARRINHO DE MERCADO	UN 4	265,00	
001.015.512 XILOFONE	UN 2	49,00	
001.015.513 CASTANHOLA	UN 2	27,00	
001.015.514 COZINHA COM AÉREO	UN 6	755,00	
001.015.515 RODARI	UN 6	39,00	
001.015.516 TORRE DE ENCAIXE COLORIDA	UN 2	65,00	
001.015.517 KIT SENSORIAL MONTESSORIANO	UN 2	226,00	
001.015.518 CAMINHÃO COM PINOS DE ENCAIXE	UN 2	86,00	
001.015.519 CAIXA DE PERMANÊNCIA COM ESFERA	UN 4	81,00	
001.015.520 PANO PIKLER	UN 4	21,00	
001.015.521 CORRIDA DE BOLINHAS	UN 1	160,00	
001.015.522 CHUTE CERTO	UN 2	127,00	
001.015.523 JOGO MEMÓRIA DAS CORES	UN 2	85,00	
001.015.524 ALINHAVO DE CARRETÉIS	UN 2	67,00	
001.015.525 MINI BOLICHE	UN 1	105,00	

TOTAL 49.985,00

4. DO PROCEDIMENTO

4.1 A pessoa jurídica interessada no fornecimento ao Município dos produtos especificados no item 3.1 deste aviso, deverá encaminhar, exclusivamente por meio do compras@xangrila.rs.gov.br a

proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca dos produtos, quando for o caso, e os respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura deste procedimento, devendo, ainda, encaminhar, no próprio e-mail de proposta, as seguintes informações:

- 1.I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 1.II - o enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14-12-2006, quando couber;- o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- 1.III - a responsabilidade pelas documentações que forem enviadas, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 1.IV - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 24-07-1991, se couber; e
- 1.V - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 1º-04-2021.

5. DO ENVIO DA COTAÇÃO

- 5.1 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao valor constante no item 3.1.
- 5.2 Havendo lance igual ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido primeiro no correio eletrônico.
- 5.3 A proposta eletrônica deverá ser formulada em papel timbrado ou carimbada com o CNPJ da empresa, datada e assinada por seu representante legal, juntamente com os documentos referentes à sua habilitação.

6. DO JULGAMENTO

- 6.1 Encerrado o prazo de envio, o Município realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar com o menor lance, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2 Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Município poderá negociar condições mais vantajosas.
- 6.3 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.4 Definida a proposta vencedora, o Município poderá solicitar, se necessário, documentos complementares, adequada ao lance ofertado pelo vencedor.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidos os seguintes documentos:

- 1.a Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)
- 1.b Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, compreendendo os tributos e encargos sociais administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e a Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- 1.c Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.2 A verificação dos documentos de que trata o item 7.1 será através do agente de contratação ou, se for o caso, comissão de contratação.

7.3 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, o Município solicitará ao vencedor, no prazo de até 02 (duas) horas, o envio desses.

8. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1 O fornecedor vencedor se obriga a entregar o objeto/serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento do Empenho emitido pelo Município, que será enviada por e-mail.

8.1.1 Local de entrega: **Os produtos deverão ser entregues na Escola de educação Infantil Rainha do Mar (conforme especificado no termo de referência)**

8.2 A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente ser entregue juntamente com os produtos.

8.3 Além da entrega no local designado pelo Município, o fornecedor deverá descarregar e armazenar os produtos no local indicado pelo servidor responsável pelo recebimento, comprometendo-se, ainda, com eventuais danos causados.

8.4 Será avaliado o acondicionamento dos produtos no momento da entrega. Desta forma, embalagens violadas, com vazamentos, produtos manchados, sujos, mofados, enferrujados, danificados ou com aparência duvidosa não serão aceitos.

8.5 Em caso de atraso na entrega do produto, o fornecedor deverá comunicar por escrito ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data prevista para a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto.

8.6 Para a fiscalização do ato e recebimento do objeto deste procedimento, o Município designa o servidor **Eduardo Filipe Dias da Rocha e, suplente, Carla Padilha Matsubara.**

8.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado contra empenho, em até 30 dias após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por intermédio da Secretaria Da Fazenda.

9.2 As despesas de competência do Município serão suportadas por recursos orçamentários próprios;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O interessado e o fornecedor serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º-04-2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 1.I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 1.II - dar causa à inexecução total do contrato;
 - 1.III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 1.IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 1.V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 1.VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 1.VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 1.VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 1.IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º-08-2013.

10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos incisos anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a advertência pela prática da infração prevista no inciso I do subitem 10.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b multa de 8% (oito por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, pela prática de qualquer das infrações dos nos incisos II a XII do subitem 10.1;
- c impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do subitem 10.1 deste aviso, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos nos incisos VIII a XII do subitem 10.1, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b as peculiaridades do caso concreto;
- c as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 10.5 A aplicação das sanções previstas neste aviso não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 10.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 10.7 A aplicação de quaisquer das penalidades dar-se-á em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e observando o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º-04-2021.

11. DAS INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

- 11.1 Informações poderão ser obtidas no Município de Xangri-Lá, a partir da divulgação deste aviso, pelo (51) 3689-0600 ou pelo e-mail: compras@xangrila.rs.gov.br
- 11.2 Os casos omissos serão dirimidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, com o auxílio das unidades de assessoramento jurídico e de controle interno.

12. DO FORO

- 12.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da contratação dele originada, será competente o Foro da Comarca de Capão da Canoa, RS.

13. DOS ANEXOS